

ESTIMATIVAS DE FAMÍLIAS POBRES E DE BAIXA RENDA PARA O CADASTRO ÚNICO

Pedro H. G. Ferreira de Souza

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Política Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail:* pedro.ferreira@ipea.gov.br.

Rafael G. Osório

Técnico de planejamento e pesquisa na Disoc/Ipea. *E-mail:* rafael.osorio@ipea.gov.br.

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/td3071-port>

Desde sua criação, o Programa Bolsa Família (PBF) utiliza estimativas municipais de pobreza como um dos seus mecanismos de focalização, e o próprio Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) também incorpora metas municipais de cobertura da população de baixa renda como instrumento de gestão e repasse de recursos aos municípios. No entanto, esses números não são atualizados desde 2012, de modo que enorme expansão das transferências sociais e do CadÚnico desde a pandemia ocorreu sem balizamento em metas de atendimento calculadas a partir de fontes externas. Por sua vez, a atualização dessas estimativas não é trivial, pois há diferenças consideráveis entre as definições utilizadas em pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e as regras do CadÚnico.

Este texto propõe um novo método para produzir estimativas municipais de famílias em situação de pobreza e de baixa renda compatíveis com o funcionamento do CadÚnico, introduzindo inovações que sofisticam os procedimentos adotados em iniciativas anteriores. O método está organizado em quatro etapas sequenciais. Primeiro, são calculadas estimativas transversais de pobreza e baixa renda para 146 estratos geográficos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), com base em conceitos de renda e de família harmonizados com os do CadÚnico. Segundo,

as estimativas por estrato são municipalizadas conforme a demanda atualmente observada no CadÚnico. Terceiro, os números são corrigidos por um fator multiplicativo de ajuste por volatilidade de renda, estimado em nível nacional no painel da PNADC, e por fatores aditivos de ajuste de cobertura amostral, obtidos em nível municipal no CadÚnico. Por fim, as estimativas passam por um ajuste final para alinhar os resultados à população recenseada em 2022, uma vez que os pesos amostrais da PNADC ainda não refletem os números do Censo Demográfico de 2022.

As estimativas municipais assim calculadas somam 20,6 milhões de famílias pobres em nível nacional, valor próximo aos 20,8 milhões de famílias beneficiárias do programa, mas inferior aos 23,5 milhões de famílias pobres atualmente no CadÚnico. Para baixa renda, a estimativa é de 32 milhões de famílias, número superior aos 28 milhões de famílias de baixa renda com cadastro atualizado em abril de 2024.

Complementarmente, o método aqui proposto também produz bandas para as estimativas municipais, estabelecendo pisos e tetos ao redor da meta, buscando refletir simplificada-mente a incerteza inerente aos cálculos. No caso da pobreza, cerca de 70% dos municípios brasileiros já se encontram hoje entre o piso e o teto. Cerca de 25% dos municípios estão acima do teto, grupo que apresentou o maior crescimento

SUMEX

relativo no número de benefícios do PBF entre 2019 e 2024, principalmente no período de forte expansão entre 2019 e 2022. Entre as Unidades da Federação, o Rio de Janeiro se destaca por concentrar quase 40% da “pobreza excedente” do país. No caso da baixa renda, aproximadamente metade dos municípios está entre o piso e o teto, e a outra metade está abaixo do piso.